

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO RACIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL: a emancipação para a superação do racismo

MATHEUS GABRIEL MATOS BENEVIDES
Universidade do Estado da Bahia – DCH – *Campus VI* (UNEB)

Resumo

O presente artigo propõe a reflexão sobre o trabalho do letramento racial e o processo de emancipação do povo negro para politizar e conscientizar acerca dos direitos sancionados por lei, movimentos que buscam organizar a sociedade anos após a abolição da escravatura, um processo que violentou, ceifou e segregou os corpos negros do convívio social, ainda com fortes efeitos na atualidade. Desde o final do século XX, o Movimento Negro Unificado (MNU) tem batalhado através de potências antirracistas para que o povo negro alcance a igualdade no respeito e no acesso a melhores condições de vida. A presente pesquisa sustenta-se através das discussões sobre o pacto de biopoder e o racismo estrutural que motivam corriqueiramente intelectuais negros a levantarem a pauta do letramento para a emancipação, chegando à efetivação das políticas de ações afirmativas, a exemplo da Lei nº 10.639/03. Para o debate das discussões pretendidas, importantes intelectuais são mencionados, sendo os principais: bell hooks (2017), sobre as práticas educacionais; Neusa Santos Souza (2021), sobre o letramento racial; Nilma Lino Gomes (2017), sobre o MNU; Silvio Almeida (2019) sobre racismo estrutural; Sueli Carneiro (2011) sobre a identificação de agentes provocadores da desigualdade racial.

Palavras-chave: Emancipação. Racismo. Sociedade.

Abstract

This article proposes a reflection on the work of racial literacy and the process of emancipation of black people to politicize and raise awareness about the rights sanctioned by law, these movements seek to organize the society years after the abolition of slavery, a process that violated, reaped and segregated black bodies from social life, which effects remain strong today. Since the end of the 20th century, the Unified Black Movement (MNU) has fought through anti-racist force for black people to achieve equality regarding respect and access to better living conditions. This research is supported by discussions about the biopower pact and structural racism that routinely motivate black intellectuals to raise the issue of literacy for emancipation, reaching the implementation of affirmative action policies, such as Law nº 10.639/03. To debate the intended discussions, important intellectuals are mentioned, the main ones being: bell hooks (2017), on educational practices; Neusa Santos Souza (2021), on racial literacy; Nilma Lino Gomes (2017), about the MNU; Silvio Almeida (2019) on structural racism; Sueli Carneiro (2011) on the identification of provocative agents of racial inequality.

Keywords: Emancipation. Racism. Society.

1235

Introdução

Inicialmente, apresento uma discussão sobre o letramento racial na sociedade brasileira que, de maneira equivocada, é feito sem qualquer preparo para promover a emancipação de quem o recebe. Vivemos em um país que, em pleno século XXI, é assolado por diversos casos de injúria racial contra pessoas negras que são violentadas fisicamente, moralmente, intelectualmente, etc. Esses acontecimentos têm, atualmente, um avanço a nível de consciência, porém, ainda sobrevivemos com fortes impregnações colonizadoras.

A teoria aqui aplicada, vinda das constantes lutas político-sociais do Movimento Negro Unificado, vai de encontro às demandas do povo negro, que em uma tentativa de alcançar posições antes ocupadas pela branquitude e pela elite, hoje mantém a intervenção das políticas de ações afirmativas em busca da igualdade entre raças nos cargos de trabalho, principalmente aqueles de prestígio social, e no acesso à universidade.

A partir disso, é traçada a pergunta-problema a ser analisada neste artigo: de que forma o letramento racial auxilia na emancipação da população negra para a superação do racismo no processo educacional e na convivência social? Superar o racismo e apresentar resultados através das práticas decoloniais são afirmações previstas pela legislação vigente, através da Lei nº 10.639 de 2003.

Dessa forma, a manifestação dessa legislação é obrigatória em instituições educacionais, porém, as diversas formas de uso que não contemplam o povo negro da forma devida têm sido questionadas. Esse conflito entre a população alvo da política de ações afirmativas e as ações propostas na própria política ocorre quando não é buscado, a princípio, a compreensão da identidade dessa população e quais heranças deixadas por sua ancestralidade. Essa deve ser uma reflexão comum a todos, independentemente da identificação racial, assim poderemos vivenciar a emancipação do povo negro que, por séculos, foi posicionado à margem e em lugar de subserviência.

1236

Desigualdade entre raças e a estratégia de biopoder

Apesar do envolvimento de séculos entre as raças no Brasil, considerado um país miscigenado, são permanentes as diferenciações no tratamento das pessoas negras que as afastam do convívio social digno e da igualdade entre os direitos que deveriam ser destinados a todos os cidadãos.

São frequentes nos noticiários “casos isolados” de práticas racistas e de segregação, com histórico proveniente do período colonial, já que, apesar de acabada a escravidão, vivemos em meio às práticas impregnadas com a colonialidade que determina em que posição social o povo negro deve estar. Há uma idealização desde o nascimento a qual lugar a pessoa negra pertence: o da marginalidade.

Nilma Lino (2017), engajada na prática antirracista e decolonial, reforça esta discussão fazendo um paralelo desde a libertação da escravidão, que coloca o povo negro na posição de subserviência, apontando que “(...) muitos libertos tiveram que se submeter a uma situação de vida análoga à escravidão” (p. 102), ou seja, estes corpos, acostumados às constantes violências,

foram postos à sociedade sem qualquer direcionamento ou possibilidades para a sobrevivência, entregues à informalidade.

A ignorância sobre a corporeidade negra construída no contexto colonial e imperial brasileiro – dentro do qual o escravismo foi o modo de produção que fez funcionar a engrenagem econômica e social brasileira – persistiu no pós-abolição e perdura até hoje através do racismo e da desigualdade racial. Ao mesmo tempo, em nível de comunidade negra, saberes sobre a estética/corporeidade negra foram sendo construídos, aprendidos e socializados. Esses saberes conseguiram alguma penetração social e participam da tensão histórica regulação e emancipação social. (Gomes, 2017, p. 80)

Como mencionado, a compreensão da inferioridade da raça negra desde o Brasil-Colônia é o passo inicial para o entendimento do sistema de exclusão que atinge o processo educacional, tornando-se uma estratégia para apagar a cultura afrodescendente através de sua desqualificação, o que impede o acesso da população negra a melhores condições de trabalho, estudo, posição social e política.

Essa estratégia é chamada de Biopoder, idealizada por Michel Foucault (2002) e debatida por Sueli Carneiro (2011) em “Racismo, Sexismo e Desigualdade No Brasil”, em que a autora, minuciosamente, explica o plano de embranquecimento da sociedade brasileira, através da própria negação da raça.

1237

(...) o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. (Carneiro, 2011, p. 92-93)

A aniquilação da raça age de maneira estratégica na educação destes corpos, esvaziados de sua cultura, saberes, valores ancestrais, trazendo uma visão obscura, como se de fato os corpos negros pudessem ser animalizados, reduzidos à mão-de-obra escrava, condições precárias, segregação social, recolhidos da convivência e dos direitos sociais. Esse processo provoca a revolta do povo negro contra a sua própria condição física, que reavalia sua moralidade e busca modificar a sua genealogia através do embranquecimento físico, moral e intelectual, adquirindo uma nova forma de pensar e demonizar o corpo negro.

Ainda sobre o objetivo do Biopoder, em sua malevolente intenção de prejudicar, marginalizar e afastar o povo negro, Sueli Carneiro discorre:

É esse poder que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis. Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conivência de grande parte da sociedade. (Carneiro, 2011, p. 134)

Em uma tentativa de modificar esse processo de aniquilação, através da negação do conhecimento, que é a chave principal para a superação do racismo e pela união social para a resistência, foi fundado em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU), com importantes atos que resultaram em diversas políticas e debates relevantes para a comunidade negra na atualidade.

Racismo estrutural

Em uma sociedade organizada a partir da concepção colonizadora, que domina e decide quais caminhos os seus povos devem transitar, baseando-se nos seus interesses e ideologias, constrói-se um meio dividido entre a supremacia branca que determina e dá ordens *versus* a negritude colonizada.

Não se nega que uma das características do racismo é a dominação de um determinado grupo racial sobre outro, mas o problema está em saber como e em que circunstâncias essa dominação acontece. A ideia de supremacia branca pode ser útil para compreender o racismo se for tratada a partir do conceito de hegemonia e analisada pelas lentes das teorias críticas da *branquidade* ou *branquitude*. (Almeida, 2019, p. 47-48)

1238

A partir da abordagem de Silvio Almeida (2019, p. 41), compreende-se que “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. Este processo é gerado gradativamente à medida em que um ambiente social evolui a partir de valores coloniais que, de maneira automática, faz do negro um ser desprezível partindo do seu nascimento, enquanto o branco é elevado a um nível superior em que lhe é dado o direito de oprimir aquele que nasce sem qualquer valor, permitido apenas à serventia.

Mas há outro ponto a ser considerado. O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. (Almeida, 2019, p. 43)

Ser negro, de acordo com o autor, está ligado ao fato de descobrir-se a partir da experiência em uma sociedade ideologicamente moldada na definição de quem é superior ou inferior através das suas heranças biológicas, classe social, gênero, sexualidade, cultura, etc.

Estes comportamentos fixos de diferenciação, exclusão, violação contra os direitos e o incômodo com a presença do corpo negro é o racismo estruturalizado, que fragmenta e classifica a humanidade, fazendo com que as pessoas já nasçam com “a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem” (Almeida, 2019, p. 43).

O Movimento Negro Unificado e a importância das políticas de ações afirmativas

Nilma Lino Gomes (2017, p. 38), em sua explicação sobre o Movimento Negro Unificado e a necessidade dos seus resistentes atos, define:

Ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários, democráticos e justos para todos.

1239

A coragem e determinação de diversos intelectuais negros do século XX possibilitaram os primeiros passos em direção à decolonialidade, partindo do princípio que práticas de Biopoder, uma estratégia “que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver” (Carneiro, 2011, p. 134), são vistas como parte de uma “política de extermínio”, que pretende alcançar e corromper o povo negro.

O MNU tem o papel de recuperar esses povos, dando-lhes a oportunidade de avançar intelectualmente e, assim, alcançar a sociedade, buscando meios para equilibrar os direitos, gerando um processo igualitário através destes mecanismos que incluem saúde, educação, participação política e outros.

Apresentando, ainda que sucintamente, o Movimento Negro Unificado, busca-se considerar os importantes feitos deste movimento que se mantém ativo e atento à política brasileira, buscando a identificação e valorização a fim de incluir o povo negro nas políticas de ações afirmativas. Concordo com a autora Nilma Lino Gomes sobre as ações que ainda precisam ser alcançadas pelo MNU no Brasil:

O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diverso do que há séculos atrás. Sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua. Mas não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos, ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. (Gomes, 2017, p. 19)

Um necessário ponto a ser destacado é o do reconhecimento dos estudiosos que já contemplavam a sociedade com suas produções antes mesmo da criação do MNU, registrados por autores que por décadas sofreram apagamento devido o processo social de base eurocêntrica, ainda forte, mas que de maneira gradativa, tem sido superado.

Quando se entra em debate os direitos em comum a todas as pessoas, são pensadas estratégias que equilibrem o acesso e a inclusão do negro para a organização social, com a criação de diversas políticas de ações afirmativas que garantam esta distribuição em vagas de trabalho, vestibulares e concursos.

Segundo a legislação vigente, é obrigatória uma porcentagem de cotas para o cobrimento destas vagas, uma vez que há, em grande escala, a limitação no acesso à educação, a subalternização da mão-de-obra e a necessidade de reparar os danos provocados contra os povos africanos e afro-brasileiros, que deixaram os seus descendentes em uma situação de desigualdade.

Para o tratamento destas ações afirmativas, Sueli Carneiro, em seus estudos que tratam do respeito à diversidade em diferentes nações, explicita sobre a necessidade da implementação destas políticas:

Elas têm sido praticadas para atender a diferentes segmentos da população que por questões históricas, culturais ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento desses países. (Carneiro, 2011, p. 27)

Ao tempo em que essas políticas são efetivadas no Brasil, infelizmente, em diversas vezes em que grandes passos são dados, o retrocesso ainda permanece, a exemplo da criação da Lei nº 12.288/10, que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial para “o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010), porém, ainda são vistos os diversos casos que oprimem, violentam, matam e excluem corpos negros.

Um grande exemplo do enraizamento da intolerância racial e invalidação dos corpos no Brasil é a discussão atual, dentre diversos outros acontecimentos, sobre os dez anos do Caso

Claudia Ferreira¹, mulher negra e inocente, assassinada por militares e arrastada por uma viatura em 2014, sem que essa situação chegasse a qualquer solução e ainda com direito à absolvição dos acusados.

A pergunta diante desse inacreditável acontecimento seria: e se fosse uma pessoa branca? Em especial alguém pertencente à elite, quais rumos este caso teria tomado? Por isso, são necessárias constantes cobranças para a efetivação do que foi conquistado por lei, de forma a assegurar os direitos definidos. Não podemos permitir a criação de legislações que não se movimentem, visto que, para serem sancionadas, demandaram lutas contra diversas formas de repressão e violência.

Seguindo esta lógica, Nilma Lino Gomes (2017, p. 79) reitera que:

A reação e a resistência do corpo negro no contexto do racismo produzem saberes. Estes são, de alguma maneira, sistematizados, organizados e socializados pelo Movimento Negro nas suas mais diversas formas de organização política. As negras e negros em movimento transformam aquilo que é produzido como não existência em presença, na sua ação política.

Resistir meio às opressões que dominam a liberdade dos corpos negros através de uma luta que ameaça a própria segurança, quando esses corpos dominados enfrentam a sociedade para que sejam reconhecidos e tenham os seus direitos assegurados, foi a única alternativa para notarmos avanços na atualidade, expressos, por exemplo, a partir da Lei nº 10.639/03, que “trata-se de um marco na educação brasileira, porque introduz uma forma de valorizar a participação dos afro-brasileiros na história do país, e de resgatar os valores culturais e africanos” (Caneiro, 2011, p. 23). Apesar de não ser trabalhada de forma devida em muitas instituições, é um grande passo dentro dos cursos de graduação, processos seletivos e também no currículo escolar.

Desta forma, é preciso estabelecer o que implica diretamente aos educadores, educandos, à política e à sociedade. Ou seja, quais transformações as ações afirmativas têm provocado e o que deveria, de modo particular, ser feito para que haja eficácia na implantação dessas políticas? Essa mudança aconteceria pelo processo de troca de experiências dentro dos ambientes educacionais e demais instituições, através de debates sobre as desigualdades recorrentes nestes espaços.

¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/18/pms-acusados-do-homicidio-de-claudia-ferreira-arrastada-por-viatura-sao-absolvidos-dez-anos-apos-o-caso.ghtml>> Acesso em: 10. mar. 2024.

A comunidade negra organizada começa a perceber, cada vez mais, que para ser considerado um cidadão de direitos o negro deveria reivindicar o reconhecimento da sua história e da sua cultura. Isso significa a articulação entre uma demanda social mais ampla e a especificidade étnico-racial. A inserção do negro no mercado de trabalho, na política, na universidade e na educação básica, as reivindicações pelos direitos à saúde, a não violência, e pela igualdade social, passaram a ser reivindicadas na perspectiva do povo negro e, por isso, foram politicamente vinculadas à superação do racismo. (Gomes, 2017, p. 105-106)

Nilma Lino, numa análise pedagógica e específica sobre o Movimento Negro Unificado, parte das estratégias educacionais utilizadas para o processo emancipatório através da socialização, união e compartilhamento a fim de desbloquear, pela luta, as amarras que impedem o acesso a uma vida digna e o fim do racismo.

Na sequência, percebe-se a complexidade que o Brasil enfrenta através do currículo escolar, quando identificamos uma base fixa que sustenta a permanência da segregação racial, já que a ancestralidade negra é abordada apenas por sofrimento, violências e diferenças físicas, e não é apresentada enquanto geradora de conhecimento, resistente às perversidades sofridas, já emancipada antes de ser colonizada, tomada de suas riquezas naturais, seus reinos organizados e vetados de sua cultura e saberes.

O letramento racial para a emancipação

1242

Para a discussão deste tópico, Nilma Lino Gomes, sob a ótica dos ideais estabelecidos pelo Movimento Negro Unificado, nas diversas manifestações da comunidade negra para a garantia de uma sociedade letrada, emancipada e intelectualmente avançada no exercício pleno da cidadania, apresenta:

O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diverso do que há séculos atrás. Sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua. Mas não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos, ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. (Gomes, 2017, p. 19)

Para a efetivação da democracia, devemos pensar em uma sociedade organizada a partir da igualdade e respeito às políticas públicas vigentes que asseguram os direitos e estabelecem normas. Para este alcance, é necessário partir da educação ofertada que molda o indivíduo para o exercício da cidadania.

Paulo Freire, numa perspectiva de educação emancipatória, que ensine e politize para quebrar as amarras sociais que estabelecem mitos, discute os fatos internalizados que impedem a libertação do indivíduo no processo educacional:

Mas, infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. (Freire, 1967, p. 44)

A partir do pensamento de Freire, observamos o que faz com que o povo negro se mantenha à espreita e receba uma educação moldada em valores eurocêntricos, que apagam as possibilidades de avançar e impedem o acesso e permanência em espaços que ainda são privilegiados a uma única classe econômica e racial: ricos e brancos.

Em relação ao sistema de ensino vigente, sobre a ideia de que transformações dentro do currículo desequilibrariam e instalariam o caos nas relações em sala de aula, bell hooks, pesquisadora ativa para a evolução das práticas educacionais, critica:

A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência de raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas. (hooks, 2017, p. 55)

Com isso, surge a importância de instigar a consciência acerca destas reproduções hegemônicas em ambientes educacionais e a necessidade de socializar o currículo para a mudança deste formato de ensino que não valoriza a diversidade racial e cultural.

1243

O multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como conhecimento é partilhado na sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito. Os alunos estão ansiosos para derrubar os obstáculos do saber. (hooks, 2017, p. 63)

bell hooks aborda a urgência da percepção do multiculturalismo enquanto chave para identificar as práticas racistas que atravessam o ensino, não condizendo com a realidade de muitos indivíduos, dificultando sua permanência e mitigando a possibilidade de tornar-se um indivíduo emancipado e reconhecedor dos seus direitos.

Neusa Santos Souza, em sua obra “Tornar-se Negro”, sobre a tomada de consciência do negro diz que:

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias de estipulam o preço do

reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (Souza, 2021, p. 53)

Nesta discussão, inclui-se o letramento racial, necessário a todas as pessoas, para a promoção da diversidade, ou seja, pessoas negras precisam ser letradas para a emancipação, reconhecendo-se cidadãos livres que, pela experiência dos seus ancestrais, não toleram a permanência dos efeitos que a colonialidade ainda impõe sobre seus corpos.

Aos brancos, cabe o letramento com objetivo de estabelecer a igualdade, superando a hegemonia da branquitude no convívio social, nas escolas, instituições públicas e privadas, e nos processos culturais, hegemonia que se consolida com a afirmação de que o seu corpo transcende, acima dos negros, e tem o privilégio do acesso sem que a sua cor seja motivo para qualquer tipo de violação. Dessa forma, cabe também às pessoas brancas estudarem e conhecerem as legislações vigentes que promovem a inclusão e valorização dos afro-brasileiros, assim, mantendo-se conscientes de que a democracia racial é um mito.

Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos conquistando espaços que o integravam à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgiu, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. (Souza, 2021, p. 49)

1244

Muitos avanços, confirmados por Neusa Santos, foram realizados, porém, a autora relembra o fato de que todas as conquistas, até o momento, foram consolidadas a partir dos atos de resistência contra a dominação, mas é notada, gradativamente, a ascensão intelectual e social do povo no século XXI, quando essas lutas alcançam o cenário político e se mantêm atentas às implementações governamentais para a organização de uma sociedade justa.

Emancipar é conscientizar através de uma educação que promova a troca de experiências e desenvolva o pensamento crítico para a desconstrução da hegemonia, movimentando os indivíduos para o caminho da decolonização².

Algumas práticas iniciais de ensino para a valorização racial

A urgência do letramento racial para a construção do conhecimento e pela insistência para que a memória dos antepassados seja resgatada, comprova, através da prática, que, antes

² “(...) caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo.” Disponível em: <<http://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>> Acesso em: 02 mar. 2024.

das perversidades sofridas pelo processo da escravidão, estes povos eram autossuficientes e organizados de acordo com sua cultura.

É preciso que os profissionais da educação descolonizem suas práticas, sabendo que essa dificuldade é permanente por conta do currículo escolar, moldado sob a visão eurocêntrica e que, atualmente, mesmo com a expansão da consciência e obrigatoriedades previstas pela Lei nº 10.639/03, ainda não é contempla integralmente uma visão menos embranquecida, mas já começa avançar os primeiros passos para a emancipação, incentivando o indivíduo a recuperar este processo cultural a partir do respeito às heranças que constroem a formação brasileira, em religião, expressões artísticas diversas, vocabulário, etc.

Diversos estudiosos trabalham para este resgate da memória ancestral, a exemplo de Conceição Evaristo, uma mulher negra e intelectual engajada nessa discussão. A autora desenvolve a sua escrita a partir das narrativas de Escrevivência:

Pensar a Escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica. (Evaristo, 2020, p. 29)

Utilizar esta narrativa com experiências do próprio núcleo é uma maneira de desenvolver autorias negras para a validação do seu conhecimento crítico. Aproximar essas narrativas da sala de aula é importante para que haja compartilhamento destas experiências e para torná-las fontes de manifestações políticas, pesquisas acadêmicas e produções literárias.

Estes exemplos servem como estímulo para que o povo negro esteja representado no processo de ensino-aprendizagem e, a partir disso, movimente novas estratégias para que suas ideias sejam validadas, a fim de superar a cultura eurocêntrica que provoca a divisão e exclusão racial no Brasil, repensando também as abordagens dos conteúdos específicos e multidisciplinares, de modo que sejam adequados para a realidade dos educandos.

Todo este processo inicial é base para a formação de indivíduos articulados para a independência intelectual a partir do pensamento crítico acerca das pautas atuais, engajados politicamente, compreendendo seus direitos, e pela expansão das suas particularidades para a representatividade racial.

Considerações Finais

Considero a temática debatida pertinente pela discussão do racismo ainda vigente na sociedade brasileira que apaga e extermina a história, a cultura e o corpo negro, tornando-se

necessária uma educação que trabalhe sob a perspectiva do letramento racial para promover a sua emancipação, mantendo como base a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 12.288/10, com seus efeitos cruciais em instituições públicas e privadas.

Através dos discursos relatados pelos autores mencionados percebemos o avanço na tomada de consciência da sociedade, compreendendo o letramento racial como um processo geral, que deve ser comum ao conhecimento de todas as pessoas, independentemente de cor/etnia, já que esta relação deve se mover em direção à prática da democracia, favorecendo a todos em direitos, liberdade e valorização.

Para este processo, é preciso que seja identificada a base que sustenta as práticas racistas, na qual estão as amarras que mantêm um distanciamento de relações entre o sujeito negro e o sujeito branco, que interfere na igualdade de acesso às vagas acadêmicas, vagas de emprego, melhores condições de vida, entre outras oportunidades.

Neste processo, Nilma Lino Gomes (2017, p. 94) aborda que “o corpo negro não se separa do sujeito. A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente”, ou seja, é preciso perceber o corpo negro enquanto sujeito que precisa estar em contato com suas particularidades e somente desta forma o processo emancipatório pode ocorrer. Não se apaga o passado de um indivíduo para a sua formação, pois essa é a base que o desvia da alienação e permite que suas especificidades sejam respeitadas e valorizadas.

1246

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2010]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm> Acesso em: 02 mar. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática Da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos Nas Lutas Por Emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando A Transgredir – A Educação Como Prática Da Liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Autor 1:



MATHEUS GABRIEL MATOS BENEVIDES

Graduado em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia – *Campus VI* – Departamento de Ciências Humanas – Caetité-BA. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS). Bolsista do Programa de Bolsa de Pesquisa (PROGPESQ). Pesquisador na identificação do epistemicídio contra a intelectualidade negra, com ênfase na literatura afro-brasileira entre os séculos XIX e XXI.

Email: mgbenevides17@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2649749710802463>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9298-7046>